

Corporativismos: experiências históricas e suas representações ao longo do século XX

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi [*]

Annarita Gori [**]

[*] Universidade Federal de Juiz de Fora — Juiz de Fora (MG) — Brasil.

E-mail: claudiaviscardi.ufjf@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0277-4478>

[**] Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa — Lisboa — Portugal.

E-mail: annarita.gori@ics.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8703-8700>

Resumo: O corporativismo é um fenômeno histórico que afetou a agenda social, econômica e política de vários países, na Europa e na América Latina, ao longo do século XX. Levando em conta esse contexto, esta apresentação tenta sublinhar o caráter multifacetado e transnacional do corporativismo apresentando os artigos que compõem este número da revista *Tempo*.

Palavras-chave: Corporativismo; Século XX; Estado; Trabalho.

Corporatism: historical experiences and their representations in the 20th century

Abstract: Corporatism is a historical phenomenon which influenced the socio-economic and political agenda of multiple countries in Europe and Latin America during the 20th century. Taking that context into account, this introduction aims to highlight the multifaceted and transnational characteristic of Corporatism by presenting the articles gathered in this special issue of *Tempo*.

Keywords: Corporatism; 20th Century; State; Work.

O corporativismo foi frequentemente apresentado por intelectuais, associações, grupos de poder e governos como resposta a um período de crise e alternativa às distorções do paradigma liberal na representação dos interesses produtivos. Essa terceira via entre socialismo e liberalismo pretendia criar uma nova ordem social capaz tanto de “reprimir quanto de cooptar o movimento trabalhista, os grupos de interesse e as elites, por meio dos legislativos orgânicos” (Pinto e Martinho, 2016, p. 19).

As características acima delineadas explicam como o corporativismo demonstrou ter sido um projeto político, ideológico e econômico de sucesso, em especial durante os anos convulsivos do período entre as duas guerras mundiais, registrando êxito sobretudo nos regimes autoritários de direita na Europa e na América Latina.

Se é inegável que nos anos entre a promulgação da *Carta del Lavoro*, de 1927, e o fim da Segunda Guerra Mundial o corporativismo viveu seu apogeu em termos de especulação intelectual e vivência histórica, esse fenômeno merece também ser investigado além do marco cronológico e das correntes da direita autoritária (Schmitter, 1974). Este dossiê, inserindo-se no recente debate sobre o corporativismo como fenômeno transnacional (Pasetti, 2016; Pinto, 2017; Pinto e Finchelstein, 2018), quer investigá-lo como um acontecimento complexo e multifacetado do ponto de vista teórico e de suas experiências práticas e representativas.

As páginas que se seguem abordam os casos inglês, brasileiro, italiano e português, num período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e a queda do regime salazarista, em 1974, tendo como *fil rouge* comum a análise dos sistemas políticos contemporâneos em períodos de crise e transição e o papel representado pelo corporativismo em meio a tais mudanças.

Os anos da Grande Guerra no Reino Unido são o cenário do artigo de Valerio Torreggiani. A crise política, militar, e a desconfiança em relação ao sistema liberal, em conjunto com a necessidade sempre mais premente de disciplinar as massas, deram lugar a um intenso debate entre os intelectuais britânicos acerca da necessidade de “garantir a ordem social, implementar a eficiência econômica e realizar a representação funcional-corporativa” (infra p. XX).

Por meio da análise de três momentos tópicos — a conferência organizada no Ruskin College, as atividades desenvolvidas pelo Romney Street Group e o relatório produzido pela Garton Foundation em 1916 —, Torreggiani reconstrói o intenso debate que envolveu intelectuais de várias afiliações políticas para promover uma nova democracia econômica, baseada numa tipologia de representação corporativo-empresarial, que tivesse em seu centro os representantes das associações de interesses.

Essa medida, embora elaborada para responder à crise causada pela Grande Guerra e às mudanças sociais, econômicas e políticas do século XX, além de ter por fim encontrar uma nova ordem capaz de disciplinar a sociedade e suas relações laborais, acabou, paradoxalmente, encontrando espaços limitados nas políticas promovidas pela classe

dirigente conservadora, que, assustada pela exacerbação do conflito irlandês e pelas notícias provenientes de Moscou, decidiu não apoiar por completo um corporativismo que previa a cooperação entre as classes sociais.

Da mesma forma que o artigo de Torreggiani demonstra que o conceito de corporativismo foi muito versátil e que as hipóteses de suas realizações práticas foram debatidas também em estados democráticos, com a presença marginal de movimentos fascistas, o estudo de Marco Vannucchi ilustra, de modo original, como, no seio do corporativismo brasileiro, surgiram forças opositoras ao regime. O tema principal do artigo é a complexa relação entre o Estado e o corporativismo das classes médias na era Vargas, com enfoque específico sobre as profissões liberais.

Mais uma vez, o corporativismo, entendido como projeto político, econômico e social, se delinea nas páginas do texto como uma solução de ordem perante uma fase de transição — no caso específico, a surgida após a revolução de 1930, com a proscricção das instituições da democracia liberal-oligárquica. Conquanto Vannucchi defina o Estado Novo como o momento forte do corporativismo, ao mesmo tempo sua análise das posições tomadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Sindicato dos Advogados nos anos 1944 e 1945 prova como a estrutura corporativa não foi granítica, sobretudo por não ter sido capaz de controlar a oposição ao regime exercida pelas profissões liberais ao fim da ditadura varguista.

O fim do regime corporativo e o papel desempenhado pelo corporativismo em meio às oposições ao fascismo é também o tema central dos artigos de Maurizio Cau e Laura Cerasi, mas o cenário é a Itália dos anos de transição democrática, em 1945. Os recentes estudos sobre o corporativismo fascista (Santomassimo, 2006; Stolzi, 2007; Gagliardi, 2010; Cassese, 2010; Cerasi, 2017) asseveram que o ordenamento corporativo previsto pelo regime de Mussolini foi um projeto político, institucional e econômico de sucesso, tanto por ter tido impacto no debate intelectual quanto pelas práticas corporativas em nível mundial (Pasetti, 2006).

Da mesma forma, evidenciam que, para compreender a fundo o corporativismo é necessário reconstruir o debate sobre esse projeto, analisando as diferentes matrizes ideológicas que o animaram desde o início do século XX até os anos imediatamente sucessivos à queda do regime. Esse é o ponto de partida dos textos de Cerasi e Cau. Os dois artigos traçam um perfil das especulações a respeito do corporativismo em meio às forças políticas democráticas italianas e seus relativos pontos de contatos, fricções e incompatibilidades com o fascismo.

A escolha da análise de longa duração é particularmente interessante, em especial quando os dois textos analisam o que resta do corporativismo, definido por Cau como uma “herança incômoda”, nos anos da definição da Constituição Republicana. Focando a atenção no mundo católico, o autor ilustra como o ponto crucial do corporativismo continuou a alimentar o debate nos anos de redefinição do sistema democrático, tornando-se um dos principais protagonistas da nova Itália republicana.

Cerasi, por sua vez, dissolve a questão da herança do corporativismo fascista sublinhando como o *leitmotiv* entre as forças políticas que emergiram vitoriosas da luta contra o regime e a experiência política anterior se encontra não no corporativismo *per si*, que já desde a metade dos anos 1930 havia perdido a força inovadora e aglutinadora, mas na dimensão fundadora desempenhada pelo trabalho, entendido como componente econômico, social e ético do Estado italiano.

Essa é uma centralidade que a autora identifica também na sua forma representativa simbólica, seja no monumento icônico do fascismo — o Palazzo del Lavoro, situado no bairro do Eur, em Roma —, seja naquele documento-monumento representado pela nova Constituição italiana, que no seu primeiro artigo afirma que “a Itália é uma República Democrática baseada no trabalho”.

A abordagem de longo prazo caracteriza, do modo similar, o artigo de Dulce Freire e Nuno Estêvão Ferreira dedicado à experiência corporativa no Estado Novo português. É interessante analisar esse texto em comparação com os dois anteriores a fim de destacar os pontos de contato e as divergências entre os sistemas corporativos italiano e português. Valendo-se de um novo conjunto de fontes, Freire e Ferreira reconstroem a criação e a estabilização do sistema corporativo português e sua difusão no território, estabelecendo que esse sistema não surgiu de forma casuística ou desordenada, como afirmado em diversos estudos recentes, mas como um projeto sistemático e moldado nas várias fases do regime.

Os estudos de Cau, Freire e Ferreira provam, portanto, que, para entender completamente o fenômeno do corporativismo em cada Estado — por meio de uma perspectiva mais ampla, como um fenômeno transnacional —, este deve ser pensado não como um instrumento de retórica institucional ou mera criação de estruturas administrativas, mas como um sistema que, mesmo apresentando algumas distorções, acabou por ser funcional e dinâmico ao longo de várias décadas.

No caso português, graças à extensão cronológica maior, os autores mostram que o ordenamento corporativista do Estado Novo, assim como seu ditador, foi caracterizado por aquela “arte de saber durar” (Rosas 2012) que o tornou capaz de se adaptar aos vários momentos políticos e se moldar em função do território, de modo a manter um controle funcional sobre as principais atividades econômicas e, mais em geral, contribuir para preservar o controle político sobre a população.

Em conclusão, os estudos que apresentamos neste dossiê procuram oferecer um novo olhar acerca do fenômeno do corporativismo ao revelar sua poliedricidade política e sua duração de longo prazo. Em particular, o dado mais inovador que emerge da leitura dos textos aqui recolhidos é a análise da capacidade de adaptação e preservação — no que diz respeito a alguns aspectos —, bem como de remoção — no tocante a outros —, que o corporativismo teve dentro das grandes mudanças e os desafios que caracterizaram as sociedades ocidentais ao longo do século XX.

Referências

- CASSESE, Sabino. *Lo stato fascista*. Bolonha: Il Mulino, 2010.
- CERASI, Laura. Rethinking Italian Corporatism: Crossing Borders between Corporatist Projects in Late Liberal Era and the Fascist Corporatist State: Topics, Variances and Legacies. In: PINTO, António Costa. *Corporatism and Fascism: The Corporatist Wave in Europe*. Londres: Routledge, 2017, p. 103-123.
- GAGLIARDI, Alessio. *Il corporativismo fascista*. Roma: Laterza, 2010.
- PASETTI, Matteo. *L'Europa corporativa: una storia transnationale tra due guerre mondiali*. Bolonha: BUP, 2016.
- _____. (Ed.). *Progetti corporative tra le due guerre mondiali*. Roma: Carocci, 2006.
- PINTO, António Costa. *Corporatism and Fascism: The Corporatist Wave in Europe*. Londres: Routledge, 2017.
- _____; FINCHELSTEIN, Federico. *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America: Crossing Borders*. Londres: Routledge, 2018.
- _____; MARTINHO, Francisco Palomares (Eds.). *A vaga corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- SANTOMASSIMO. *La terza via fascista: il mito del corporativismo*. Roma: Carocci, 2006.
- SCHMITTER, Philippe. Still the Century of Corporatism? *The Review of Politics* (Cambridge), n. XXXVI, v. 1, 1974.
- STOLZI, Irene. *L'ordine corporativo: poteri organizzati e organizzazione del potere nella riflessione giuridica dell'Italia fascista*. Milão: Giuffré, 2007.